

As manifestações de junho e a política no Brasil contemporâneo: um convite ao debate

Marco Antonio Teixeira

Marco Antonio dos Santos Teixeira

é doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ).
E-mail: mateixeira@gmail.com

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As ruas e a democracia. Ensaios sobre o Brasil contemporâneo*. Brasília. Fundação Astrojildo Pereira (FAP); Rio de Janeiro: Contraponto, 2013. 228p.

Diversas manifestações reuniram milhões de pessoas nas ruas de várias cidades do Brasil em junho de 2013. No início, a motivação dos protestos era reverter o aumento da tarifa do transporte público, mas logo as reivindicações tomaram um proporção maior, expandiram-se e se diversificaram.

A magnitude dos protestos surpreendeu a todos. A presidente Dilma Rousseff chegou a declarar que estava atenta à voz das ruas. Mas, afinal, o que dizia a voz das ruas? Jornalistas, intelectuais, políticos e militantes foram chamados ao debate público para tentar explicar o fenômeno. Por que as pessoas se mobilizavam? O que elas reivindicavam? Quais seriam os desdobramentos da onda de manifestações?

As ruas e a democracia chega como contribuição para esse debate. O cientista político Marco Aurélio Nogueira interpreta as recentes manifestações a partir da análise da conjuntura política brasileira na última década. É mais um trabalho sobre o atual momento político do país, sobretudo, o período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu a presidência.¹

Professor titular de Teoria Política e diretor do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marco Aurélio Nogueira recorre em seu novo livro a temas que estuda há anos: política, reforma do Estado, democracia, sociedade civil, globalização e modernidade. Embora trate de um fenômeno novo, a obra é resultado do amadurecimento dessas reflexões.

Os textos foram produzidos em diferentes momentos. Os dois primeiros capítulos reúnem artigos escritos entre junho e julho de 2013, no período em que as manifestações estavam acontecendo, o que dá a eles um caráter documental. Foram publicados em revistas, jornais e num blog ou apresentados em seminário. Os outros quatro capítulos incluem trabalhos produzidos nos últimos anos para seminários, conferências, debates, artigos de livros, revistas e jornais. São textos sobre a conjuntura política brasileira, que foram reelaborados à luz das recentes manifestações e, com isso, ganharam atualidade e originalidade.

Nos dois primeiros capítulos, os textos focam nas manifestações e seus desdobramentos no plano governamental. O leitor encontrará um quadro geral dos principais acontecimentos de junho: o contexto em que começaram, seu estopim, seus determinantes, suas reivindicações e atributos de alguns dos atores envolvidos. Esse registro é feito articulando os episódios à análise política pormenorizada, à luz das teorias sociológicas e políticas.

Logo no primeiro capítulo, Nogueira situa as manifestações no contexto político e econômico do Brasil. Para ele, os protestos expressaram uma crise sistêmica, que se constituiu ao longo dos últimos anos. Segundo o autor, a crise foi sistêmica porque não evidenciou somente o

fracasso da política – da representação e da legitimidade. Foi uma crise de múltiplos aspectos: econômicos, socioculturais, políticos, éticos, institucionais e governamentais. Nesse contexto, o sistema político em sentido estrito foi o lado mais visível dessa crise. E as manifestações de junho teriam expressado o cansaço da população brasileira com o modo como a política vem sendo exercida no país. Para o autor, esse cansaço se sustenta, por exemplo, na continuidade das notícias de corrupção, nas falhas graves em todos os níveis de governo – em termos de gestão de políticas públicas e na comunicação e diálogo com a população – e na ausência de vida e ideias dos partidos políticos.

374

Nogueira situa essa crise sistêmica no contexto do modelo de governança e crescimento do Brasil a partir de 2003. Ele explica que, no país, assistiu-se ao desenvolvimento de um modelo “transformista” – segundo o sentido que Gramsci deu ao termo – com a particularidade desse modelo ser protagonizado pelo partido que parecia encarnar a oposição à “revolução passiva”. O desenvolvimento no Brasil se apoiou na expansão do crédito e do consumo, mas não se livrou das elevadas taxas de juros, dos abusos do sistema bancário e do baixo crescimento da renda, o que levou novos consumidores à inadimplência. Apoiado na figura carismática de Lula, o modelo se beneficiou do *boom* das economias capitalistas entre 2003 e 2010, só freado pela crise financeira de 2008. O reforço das políticas sociais contou ainda com o crescimento das exportações, reforçado pela expansão econômica e comercial da China. As políticas progressistas do governo geraram um país diferente, melhorando a vida dos mais pobres. Mas essas mudanças não foram suficientes.

As transformações na economia internacional a partir de 2009-2010 provocaram o esgotamento de um ciclo, com a economia crescendo num ritmo mais lento. Ao mesmo tempo, as exigências da população cresceram: desejavam-se melhores serviços públicos, mais direitos, transparência governamental, menos corrupção e gastos públicos mais criteriosos. Delineou-se, portanto, um quadro de decepção e insatisfação que se projetou nas ruas em junho de 2013.

Dessa forma, o autor interpreta as manifestações de 2013 como a expressão da emergência de um novo modo de vida e esgotamento do formato de política. Isso tem a ver com uma percepção de que a sociedade está excluída da arena pública e quer nela ser reconhecida, e participar.

O autor traduz as manifestações de junho, portanto, como resultado do desejo de participação e da insatisfação em relação à forma como o país, os estados e os municípios vinham sendo governados. Esse aspecto é particularmente forte no argumento do livro e se articula com a reflexão do autor sobre a dissociação entre Estado e sociedade. O sistema político teria se isolado, se afastado da sociedade civil, permanecendo preso a um tempo pretérito. Enquanto isso, a sociedade estaria vinculada às ondas líquidas e digitais da vida hipermoderna.

Outros autores têm destacado que um dos aspectos mais fortes nas manifestações foram as reivindicações por melhores serviços públicos. Renato Janine Ribeiro, no prefácio do livro, disse que o atual desafio colocado pelas ruas é garantir a qualidade do transporte, da educação, saúde e segurança. Isso, porém, não se contrapõe ao ponto de vista de Nogueira, inclusive porque ele chama atenção para isso, dando destaque aos sentidos diversos que tiveram as vozes das ruas, as chamadas vozes polifônicas. A ênfase em um ou outro aspecto tem a ver com o esforço interpretativo de quem analisa a situação. O olhar de Nogueira tendeu para a análise das manifestações em relação ao sistema político, ao desejo de participação e ao cansaço com a política tal qual ela é feita atualmente.

Na sequência do livro, Nogueira centraliza a análise nos desdobramentos das manifestações no governo e, ainda no primeiro capítulo, discute os limites da reação da presidente Dilma Rousseff. Para ele, Dilma apresentou ao país uma série de medidas para administrar o conflito e o desgaste do governo, mas não ofereceu solução para os problemas apontados pelas ruas.

No capítulo seguinte, e dentro desse contexto, Nogueira entra no debate sobre reforma política, retomado com mais detalhes no quarto capítulo. Segundo o autor, é uma discussão que pode oferecer respostas à contestação do modelo de representação política, colocada pelas manifestações. Nesse ponto, o autor chama a atenção para a necessidade de se tratar o papel dos partidos políticos a partir de uma avaliação do seu vigor, de seu discurso e de sua agenda. Isso significa buscar a conciliação entre o que o autor chama de a política dos cidadãos e a política dos partidos, necessária para que se faça uma reforma política em sentido democrático.

Ainda no segundo capítulo, o autor inicia também o debate sobre governabilidade, analisando a proposta governamental para a saúde, umas das principais demandas de quem se manifestou em junho. Para Nogueira, a dificuldade do governo em implantar as suas propostas para a saúde reflete a dificuldade para governar de maneira geral.

O autor destaca alguns dos principais aspectos dos primeiros anos do governo Dilma – o terceiro mandato do PT – ressaltando alguns dos seus principais acontecimentos, como a instabilidade ministerial e os efeitos da herança de Lula para a sua gestão. O legado de Lula é visto de forma ambivalente. Ajudou a nova presidente, porque deixou o Brasil com a moeda estabilizada, num processo de redução da miséria e de expansão do mercado interno. Mas também atrapalhou porque a continuidade do protagonismo do ex-presidente teria dificultado a ação de Dilma nos primeiros momentos do seu governo.

O terceiro capítulo do livro oferece ao leitor uma oportunidade de compreender melhor a conjuntura política brasileira desde a eleição de Lula, mas principalmente o período do governo Dilma. Merecem destaque as discussões sobre governabilidade – associada ao debate sobre “presidencialismo de coalização” –, sobre as eleições municipais de 2012, o modelo de desenvolvimento em voga no Brasil e a política externa brasileira.

Os três capítulos finais do livro tratam respectivamente de reforma política, mídia e corrupção. A escolha dos temas não foi aleatória. Além de serem assuntos sobre os quais o autor já estudava, eles expressavam temas presentes nas reivindicações das manifestações de junho de 2013.

A discussão sobre reforma política é o eixo central do capítulo quatro, mas ela aparece em vários momentos anteriores no livro, sobretudo para debater a proposta da presidente de um plebiscito popular para a reforma política. Pode-se dizer que o tema é central na abordagem do autor na medida em que ele se conecta e pode vir a oferecer respostas às demandas das ruas de mudanças no formato da política, que deve buscar incluir a sociedade na arena pública, que nela quer ser reconhecida e dela participar.

A reforma política surge no argumento de Nogueira como necessária para a mudança do quadro político atual, caracterizado pelo autor como “em estado de sofrimento”. Vale destacar que a política que se encontra nessa situação é a institucionalizada, englobando os sistemas, as regras, a organização da democracia, as leis, os partidos, além da “política dos políticos”, focada na conquista e no manejo do poder. Os partidos políticos são expressão dessa situação: participam das eleições não como forças ideológicas ou programáticas coesas, mas somente como instrumentos de luta pelo poder.

Com isso, o autor assume em seu argumento a centralidade de uma reforma política para uma agenda democrática, que não deve se restringir apenas a uma alteração das regras eleitorais, mas que deve ser uma reforma em sentido forte, que modifique o sistema, produza impacto na cultura política e no modo de governar. Para vencer esse desafio, destaca o autor, é preciso incluir todas as forças sociais, dentro e fora do Estado. Dessa forma, a reforma política deve ter a missão de romper o hiato entre Estado e sociedade.

O tema da mídia é tratado no quinto capítulo. Mídia, na concepção do autor, inclui não apenas a imprensa, mas as várias produções digitais, as redes e as agências de publicidade. As manifestações de junho deram força a um debate que há tempos é feito pelos movimentos sociais: a democratização da comunicação. Mídias alternativas cobriram os acontecimentos das manifestações, usando a internet como meio para a disseminação de conteúdo alternativo àqueles difundidos pelos grandes veículos de comunicação. Esse pano de fundo serve de subsídio para o autor refletir sobre o papel da mídia nas sociedades contemporâneas. Nogueira destaca que a mídia em seu conjunto apresenta funções eminentemente políticas nas sociedades contemporâneas e que sua capacidade de agendamento público é um dado universal. A disseminação maciça dos meios de comunicação eletrônicos, atributo da hipermodernidade, acabou por fortalecer os meios de comunicação, que passaram a ocupar um lugar central na construção de hegemonias na sociedade contemporânea. Por isso, o debate sobre mídia é central na atualidade.

A mídia é tema do livro na medida em que o autor considera que ela tendeu a ocupar o centro do processo político, como o principal “aparelho privado de hegemonia” (Gramsci):

A mídia substituiu os tradicionais agentes de hegemonia, os partidos políticos, na mediação entre candidatos e eleitores, na definição da agenda do debate público, na transmissão de informações políticas, na canalização de demandas sociais e na crítica das políticas públicas (Nogueira, 2013: 183-184).

Dois temas ganham destaque nesse debate: a regulação da mídia e as novas formas de comunicação social. O autor pauta como necessária uma regulação da mídia, explicando que isso se diferencia do controle da mídia. A regulação da mídia deve buscar aumentar a competição democrática no campo da comunicação, reduzindo os riscos de que se formem mecanismos unilaterais de opinião. De alguma forma, esse debate está conectado com as vozes da rua se entendermos que uma das suas expressões foi a demanda pela democratização da comunicação.

Em relação ao segundo ponto, o autor destaca as mudanças na comunicação produzidas pelas novas tecnologias digitais – a disseminação maciça de *smartsphones* e ampliação do acesso à internet. Isso provoca uma alteração no processo de formação de opinião e na dinâmica democrática. No caso das manifestações de junho, a Mídia Ninja é expressão disso. O autor reconhece os limites desse processo, mas chama a atenção para as mudanças.

Um debate detalhado sobre a sociedade contemporânea ganha destaque na discussão sobre mídia. O autor considera que, nos dias de hoje, a mídia ocupa o vazio político e ético decorrente da hipermodernização.

Algumas referências são utilizadas mais recorrentemente por Nogueira na caracterização da sociedade contemporânea: a noção reticular da sociedade atual, desenvolvida pelo sociólogo espanhol Manuel Castells, e o conceito de modernidade líquida do sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Dessa forma, a sociedade em rede está marcada, entre outros elementos, pela individualização, falta de coordenação, fluidez e flutuações, além de altas doses de conectividade e vida digital.

O termo hipermodernidade é empregado frequentemente no livro para caracterizar a sociedade contemporânea. Nesse ponto, o diálogo de Nogueira é com o filósofo francês Gilles Lipovetsky, de quem o cientista político toma de empréstimo a noção de hipermodernidade para pensar a sociedade brasileira. Em trabalho anterior, Nogueira explicou que no Brasil estaria em vigor uma hipermodernidade periférica, caracterizada não só pela radicalização da modernidade, mas também por dimensões perversas, como a miséria social ampliada (NOGUEIRA, 2007). Esse quadro é importante para situar o espaço no qual se irrompem as manifestações de junho, principalmente as grandes metrópoles da sociedade brasileira contemporânea.

Por fim, o capítulo seis do livro trata do tema da corrupção. Corrupção é entendida pelo autor em seu sentido amplo, não somente como atrelada a desvios financeiros. Nogueira destaca a complexidade em tratar do tema, dados a ausência de subsídios definitivos que ajudem a dimensionar o problema e o número reduzido de pesquisas sobre o assunto. Nogueira mostra como a corrupção é cada vez mais vista, pensada e percebida pelas pessoas como um problema grave. Embora em outros trechos do livro haja a sugestão de um crescimento da corrupção após os governos do PT, nesse capítulo o professor busca dissociar esse crescimento de qualquer grupo, partido ou entidade, buscando entendê-lo como um problema que ganha mais dimensões em tempos hipermodernos.

A despeito da visão da corrupção pelos cidadãos, Nogueira destaca em seu texto as iniciativas e mecanismos que têm sido criados para controlar e evitar a corrupção. Além disso, ele chama atenção para a necessidade de fortalecer a agenda de pesquisa sobre o tema, com estudos sistemáticos que investiguem a corrupção, seus meandros e determinantes. Pistas sobre esses aspectos podem ser encontradas em *As ruas e a democracia*, no qual o debate sobre corrupção passa pela discussão da imprensa, partidos políticos, "presidencialismo de coalizão", mercado, entre outros aspectos. A agenda está posta. E a atualidade do fenômeno foi comprovada pelo que se viu nas ruas em junho de 2013.

Pode-se dizer que, em alguma medida, a interpretação de Nogueira focou mais na análise do Estado – avaliando a forma como as manifestações repercutiram no governo – do que nas manifestações propriamente ditas. Isso ajuda a entender a centralidade do argumento do autor na leitura das manifestações como expressão do desejo dos militantes por mais participação e por mudanças no formato da política. Por isso, também, que a reforma política ganha destaque no texto, entendida como um caminho para promover as mudanças demandadas pelos manifestantes. O modelo dessa reforma, entretanto, não está pronto: deve ser construído em conjunto com as forças sociais e buscar uma efetiva mudança na política, incorporando os cidadãos na arena pública, destacou o autor.

Nogueira não esgota as possibilidades de análise sobre o tema. São necessários novos estudos para que se tenha um panorama mais detalhado das manifestações de junho. Um olhar que se centre nas manifestações pode buscar compreender e analisar as redes submersas e as concepções emergentes de ativismo, dando voz aos próprios militantes e a suas experiências recentes, conforme sugeriu Bringel (2013). Trata-se, portanto, de uma proposta para centrar o olhar mais na sociedade do que no Estado.

As ruas e a democracia apresenta caminhos interpretativos. A partir da reunião de textos novos e antigos, o livro organiza o pensamento de um intelectual sobre o assunto e oferece ao leitor a oportunidade de compreender melhor o fenômeno que tomou as ruas do Brasil em junho de 2013. Não é uma visão acabada do processo, mas um olhar articulado à análise da conjuntura política brasileira. É uma referência para aqueles que venham a estudar o tema e pensar sobre o Brasil contemporâneo.

Assim como eram polissêmicas as vozes das ruas em junho de 2013, também o são as interpretações sobre o que se passou naquele período. *As ruas e a democracia é uma contribuição importante* para essa discussão, que analisa o fenômeno e ao mesmo tempo lança novas perguntas sobre ele, reforçando o convite ao debate.

378

(Recebido para publicação em Novembro de 2013)

(Aprovado para publicação em Dezembro de 2013)

Cite esta resenha

TEIXEIRA, Marco Antônio. As manifestações de junho e a política no Brasil contemporâneo: um convite ao debate. Resenha do livro *As ruas e a democracia. Ensaio sobre o Brasil contemporâneo*, de Marco Aurélio Nogueira. Brasília. Fundação Astrojildo Pereira (FAP); Rio de Janeiro: Contraponto, 2013. 228p. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos da Universidade Federal Fluminense e do Núcleo de Estudos em Teoria Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, nº 7, pp. 372 – 378, dezembro 2013. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>

Notas

1. Uma relação de algumas das principais análises sobre o tema pode ser vista no Dossiê “Conjuntura Política Brasileira”, organizado pelo Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NETSAL, 2013).

Bibliografia

BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. *Insight Inteligência* (Rio de Janeiro), v. 62, p. 42-53, 2013.

NETSAL (Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina). *Conjuntura Política Brasileira: do país do futuro ao futuro do país*. Dossiê temático. Rio de Janeiro: NETSAL/IESP-UERJ, 2013. Disponível em: <<http://netsal.iesp.uerj.br/images/dossie/Dossie-Netsal-n2-junho-2013.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2013.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Bem mais que pós-moderno: poder, sociedade civil e democracia na modernidade periférica radicalizada*. Ciências Sociais Unisinos, v. 43, p. 46-56, 2007.